

ESCOLAS PÚBLICA E PRIVADA: DESIGUALDADES LATENTES; SOLUÇÕES EVIDENTES

Antonio Izidro Sobrinho¹
Gisleudo Barros de Sousa²
José Ronaldo de Lima³
Gillianne de Oliveira Nunes⁴

RESUMO

As desigualdades sociais são visíveis em praticamente todos os ambientes, inclusive, em locais considerados de classe elevada há microdesigualdades. A abordagem dessas discrepâncias se dá de forma profunda nas aulas de Geografia que tem no seu embrião a análise e discussão dos fenômenos sociais entre os quais destaca-se o desenvolvimento de políticas públicas eficientes. Entende-se que os conhecimentos referentes à Geografia são bastante significativos para a compreensão do mundo atual, no entanto, percebe-se que a abordagem dessas temáticas ocorre de forma diferenciada nas aulas realizadas nas redes pública e particular de ensino. Este artigo buscou identificar as dificuldades enfrentadas por professores de Geografia destas duas redes no tocante à transmissão dos conhecimentos. Realizou-se um estudo de caso por meio de uma pesquisa exploratória onde foram aplicados formulários em duas instituições de ensino, uma pública e uma particular ambas localizadas na cidade de Patos-PB. Através dos resultados advindos dessa pesquisa percebeu-se que os professores de Geografia da escola pública enfrentam problemas estruturais como a falta de recursos didáticos e problemas de ordem social como a ausência da família no ambiente escolar. Diversos pesquisadores falam da necessidade de uma mudança metodológica por parte dos docentes, mas verifica-se que estes possuem outros desafios que apresentam maior dificuldade para serem superados. A pesquisa evidenciou ainda que as desigualdades não se dão apenas quando se faz uma analogia entre a escola pública e a privada, mas há microdesigualdades no interior destas mesmas instituições. Conclui-se, portanto, que a disparidade entre a rede pública e privada no ensino fundamental na cidade de Patos – PB não se dá por incapacidade cognitiva por parte dos professores, mas sim, por uma escassez de recursos que auxiliam no desenvolvimento das aulas, fatores estes que são frutos do ambiente social e familiar em que os discentes estão localizados.

Palavras-chave: Ensino de Geografia, Desigualdades sociais, Escola pública, Escola particular.

INTRODUÇÃO

As formas como os seres humanos se organizaram e/ou se organizam no tempo e no espaço não são iguais, tal fato, fez com que as sociedades se tornassem desiguais mediante a incorreta e injusta distribuição dos recursos. Esta, por sua vez, se manifesta nos dias atuais de

¹ Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, antonioizidro58@gmail.com;

² Especialista em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas pelo Instituto Federal do Piauí - IFPI, gisleudoeducgeografia@gmail.com;

³ Mestre em Ciências Florestais pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, ronageografia@gmail.com;

⁴ Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, profgillianne@gmail.com;

diferentes modos e formas e a Geografia (na sua função de ciência social) se enquadra perfeitamente para analisar tal distribuição.

Como ciência e componente curricular presente nos diferentes níveis de ensino a Geografia surge com o propósito de promover ao educando uma maior aprendizagem dos fenômenos que surgem da interação existente entre homem e meio. Este meio vale destacar, que perpassa por diversas escalas geográficas indo desde o local que o circunda até os lugares mais longínquos – o global.

Ao se referir as escalas geográficas tem-se como referência a abordagem feita por Callai (2000, p. 83) diz que “[...] ao estudar o espaço geográfico, a delimitação do mesmo é um passo necessário, pois o espaço é imenso, planetário, mundial. O que dele/nele estudar? [...]”. A partir desta concepção realizou-se uma análise da atual situação de escolas presentes na cidade de Patos – PB e nestas instituições foram inferidas as abordagens acerca do ensino de Geografia nos anos finais do ensino fundamental e a análise das desigualdades existentes entre os discentes.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o ensino fundamental aprovada em 2017 é o documento oficial mais recente que orienta a organização da educação nacional. Nela, a Geografia está no grupo das ciências humanas com a missão principal de promover o raciocínio geográfico formando um aluno crítico e consciente da sua atuação no espaço onde vive.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) surge como uma tentativa de homogeneização da educação básica, porém alguns questionamentos se fazem necessários: Como a BNCC vai contemplar a educação pública e a privada? Haverá discrepâncias entre essas redes? As escolas terão condições de manterem um nível de qualidade exigido neste documento? Os professores das redes pública e privada possuem condições (técnicas) para atingir aos requisitos nela determinados?

Basta um olhar rápido e já é possível verificar uma enorme discrepância na qualidade do ensino entre as redes pública e privada, e isto é notório, que a rede particular apresenta um ensino de melhor qualidade (com raríssimas exceções) e com a abordagem da Geografia não parece ser diferente, uma vez que os professores de escolas públicas possuem maiores dificuldades em diversificar e dinamizar suas aulas.

Diante dessa problemática, este artigo surge com o seguinte problema de pesquisa: qual é o nível de desigualdade social entre os discentes das redes pública e privada na cidade de Patos? Para realização desta pesquisa buscou-se analisar as condições socioeconômicas e

educacionais de estudantes de escolas pública e particular da cidade de Patos – PB para entender como isto interfere no processo de desenvolvimento social e cognitivo.

Diante disso, levantou-se as seguintes hipóteses: os professores das duas redes – pública e particular – possuem o mesmo grau de escolaridade, ou seja, são graduados e pós-graduados na área em que atuam; na rede particular as aulas de Geografia são mais dinâmicas e atrativas aos alunos, pois os professores dispõem de maiores recursos didáticos; os alunos da escola particular possuem melhores resultados no tocante a aprovação.

A importância deste estudo se dá pela necessidade de dar respostas aos questionamentos realizados por parte da sociedade que supervaloriza o ensino promovido pela rede particular e despreza o ensino promovido na rede pública. Muitas vezes há uma comparação que coloca em dúvida a competência dos professores que atuam nestas redes de ensino. Mas, será esta a causa principal para as discrepâncias de aprendizagem, aprovação e evasão escolar?

O artigo está estruturado em etapas que perpassam sobre o ensino de Geografia, suas evoluções e crises, mas de forma específica sobre as metodologias e os recursos disponíveis e utilizados pelos professores de Geografia de escolas pública e particular que têm na sua estrutura o ensino fundamental anos finais, de modo particular, o 9º ano.

METODOLOGIA

O estudo apresentado foi realizado em escolas da cidade de Patos localizada no sertão paraibano. O município de Patos, por sua vez, faz parte do estado da Paraíba que está regionalizado em 4 Regiões Geográficas Intermediárias e em 15 Regiões Geográficas Imediatas e o município de Patos devido a sua importância econômica e privilegiada localização geográfica compõe uma região intermediária (IBGE, 2017).

De acordo com estimativa demográfica realizada pelo IBGE (2022) o município tinha uma população estimada de 103.165 habitantes. De acordo com o portal QEDu da Fundação Lemann o município dispõe de 78 escolas públicas municipais (incluindo o ensino fundamental anos iniciais e finais) e 45 escolas particulares (incluindo toda a educação básica).

Para abordagem nesta pesquisa utilizou-se duas escolas sendo uma da rede pública – o CIEP I: Dr. José Genuíno/Napoleão Nóbrega e uma escola particular – o Colégio Cristo Rei. A escolha das escolas participantes desta pesquisa se deu de forma intencional e estratégica, pois a primeira é da rede pública e se localiza em um bairro periférico; já a segunda é da rede particular e se localiza no centro da cidade.

Mediante essa abordagem é possível compreender como as desigualdades sociais podem interferir no desenvolvimento educacional de adolescentes que estão concluindo o ensino fundamental. Para isso, realizou-se uma pesquisa aplicada por meio da realização de questionários produzidos no *Google forms* com questões objetivas que foram respondidos pelos docentes e discentes das escolas que foram objeto desta investigação.

Participaram da pesquisa um total de seis (6) professores sendo três (3) que atuam na escola pública e três (3) que atuam na escola particular e quarenta (40) estudantes sendo vinte (20) matriculados no 9º ano da escola e vinte (20) matriculados no 9º ano da escola privada. A seleção dos participantes se deu de forma aleatória, pois os questionários foram disponibilizados nos grupos de *whatsapp* das referidas escolas e turmas e estes responderam de forma livre e espontânea.

Assim, procedeu-se com uma abordagem dialética onde “quantidade e qualidade são características imanentes (inerentes) a todos os objetos e fenômenos e, estão inter-relacionados” (GIL, 2006 apud ASSIS, 2009, p. 11). Neste sentido, esta pesquisa se caracterizou de caráter descritivo por meio da utilização de livros, artigos científicos, dados de sites oficiais e exploratória (estudo de caso) onde foi feita uma abordagem quali-quantitativa por meio da análise dos dados obtidos em campo que foram disponibilizados em gráficos e tabelas a seguir.

A GEOGRAFIA E SUA ABORDAGEM NOS DOCUMENTOS OFICIAIS

As pessoas que compõem uma determinada sociedade realizam diversas mudanças no seu modo de atuar sobre o meio. A sociedade atual passa por uma série de transformações das mais variadas ordens: política, social, econômica, cultural, entre outras tantas. Estas mudanças têm gerado reflexos muito fortes no ambiente escolar, pois neste espaço as situações que ocorrem na sociedade se manifestam por meio de seus atores – os discentes.

Alguns documentos, regimentos, leis, diretrizes foram criadas para o melhor estabelecimento e funcionamento da educação nacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9.394 (BRASIL, 1996) criada em 20 de dezembro de 1996, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) criados no final da década de 1990, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e as Diretrizes Curriculares Estaduais (DCEs) e no ano de 2017, portanto, o documento mais novo e o que rege o ensino fundamental foi aprovado - a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) são alguns documentos que norteiam a educação nacional.

A Geografia é retrata na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) como sendo capaz de:

Desenvolver o pensamento espacial, estimulando o raciocínio geográfico para representar e interpretar o mundo em permanente transformação e relacionando componentes da sociedade e da natureza. Para tanto, é necessário assegurar a apropriação de conceitos para o domínio do conhecimento fatural (com destaque para os acontecimentos que podem ser observados e localizados no tempo e no espaço) e para o exercício da cidadania (BNCC, 2017, p. 360).

Diante disso, pode-se inferir que a importância desta ciência para o ensino fundamental, nível de ensino analisado neste estudo, é enorme, pois se ancora no art. 32 inciso II da LDBEN (9.394/96) o ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: “a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade” (BRASIL, 2017, p. 22).

A abordagem que é feita pelos conteúdos da Geografia no ambiente escolar traz à tona os diferentes processos e fatores que interferem direto e indiretamente na vida dos discentes, pois faz-se uma análise que perpassa pelas conjunturas políticas, sociais, econômicas e ambientais do local e faz analogias com outras escalas geográficas.

DESIGUALDADES SOCIAIS: CONCEITOS E FORMAS

Que a desigualdade social está estruturada na sociedade brasileira ao longo do seu processo de formação isso já é um fato, mas, afinal, em que se caracteriza essa desigualdade social? O que a literatura fala sobre ela? Para Carvalho et al (2012) a desigualdade social assim caracteriza:

Como a própria expressão denota, a desigualdade social é um fenômeno social, cultural e histórico exterior ao indivíduo, não sendo, portanto, determinado por condições naturais, biológicas ou por herança genética. Desse modo, é necessário ter presente que ninguém nasce desigual, mas, com grande frequência, as pessoas nascem em condições (CARVALHO et al, 2012, p. 14).

Conceição e Zamora (2015) seguem esta mesma linha de raciocínio ao relatarem que “a desigualdade social é um fenômeno histórico e possível de ser revertido. Suas várias formas (de classe, racial, sexo etc.)”. Entende-se, portanto, que a desigualdade social não é um fenômeno natural, assim sendo, o processo de escravização não ocorreu por serem os negros naturalmente frágeis, mas por serem historicamente desfavorecidos.

Numa sociedade capitalista, todo meio de produção serve de capital, porque acarreta a seu possuidor, devido ao trabalho assalariado, a mais-valia. Com efeito, o capitalista não quer tirar a mais-valia uma vez só e sim a mais-valia contínua em relação ao valor por ele empregado (MARX, 1982, p. 138).

Nos dias atuais, isso não é um fato isolado, pelo contrário, a desigualdade se dá em diferentes sociedades, sobretudo, na relação entre patrão e empregado que conforme Santos (1982, p. 31) “o Estado prepara as condições para que as maiores empresas, sobretudo as estrangeiras, possam apropriar-se da mais-valia local, que elas mandam para fora ou utilizam para incrementar seus ativos e aumentar, assim, suas possibilidades de ampliar a própria mais-valia”.

A mais-valia de acordo com o autor supracitado seria um exemplo prático de como a desigualdade se manifesta na sociedade atual. Santos (1982, p. 31) ainda acrescenta que “Esse mecanismo equivale a uma desvalorização dos recursos deixados nas mãos do Estado, enquanto que os recursos que se destinam às grandes empresas são supervalorizados”.

Para Durkheim (1895) essas “leis” são criadas com a falsa ideia de que o indivíduo é livre e, portanto, depende unicamente de si próprio, porém a grande maioria das ideias e tendências não foram elaboradas, pensadas ou criadas por nós. Apenas as obedecemos, muitas vezes sem nem mesmo questioná-las.

Nesta linha de pensamento Carvalho et al (2012, p. 15) dizem que “a desigualdade é um fenômeno social”; “a desigualdade é um fenômeno onipresente”. Ou seja, as desigualdades estão em todos os lugares, mas não se manifestam da mesma forma, pois ela se adapta a realidade de cada local. Arroyo (2010, p. 1384) diz que [...] “as desigualdades não só continuam, mas se aprofundam e vitimam milhões de famílias e alunos(as) pela miséria, o desemprego, a sobrevivência nos limites, a violência”.

Conclui-se, portanto, que a desigualdade social não é um fenômeno novo, apesar de ser atual, e que ela provoca uma série de problemas sociais que interferem em diversos campos da sociedade, seja na saúde, na moradia, na economia, na violência. Porém, um ponto que chama muito atenção e que merece destaque é como a educação sofre com essas desigualdades e como ela mesma pode interferir para redução destas.

Sobre essa divisão de classes Marx e Engels (1848) em seu livro o Manifesto do Partido Comunista dizem que:

Nossa época – a época da burguesia – caracteriza-se, contudo, por ter simplificado os antagonismos de classe. Toda a sociedade se divide, cada vez mais, em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes diretamente opostas: a burguesia e o proletariado (MARX; ENGELS, 2008, p. 9).

Ao compararmos o cenário descrito por Marx e Engels no trecho acima com a realidade da sociedade atual percebe-se que houve uma alteração nas denominações para empresários e funcionários (por exemplo), mas que as desigualdades na distribuição dos recursos continuam sendo irregulares com uns ganhando mais do que outros.

O Brasil é, portanto, um dos países mais desiguais do mundo, considerado de baixa mobilidade social e educacional entre gerações. Apesar da redução dos níveis de pobreza extrema nos últimos anos, ainda é grande a distância entre as camadas sociais mais abastadas e o contingente populacional que vive à margem da sociedade, sem acesso aos direitos humanos mais básicos (CONCEIÇÃO; ZAMORA, 2015).

Essas desigualdades implantadas no período colonial ainda são estabelecidas de forma estrutural no Brasil e permanecem enraizadas sociedade atual. Ao longo do tempo até os dias atuais percebe-se que houve pouquíssimas alterações no processo de redução destas desigualdades.

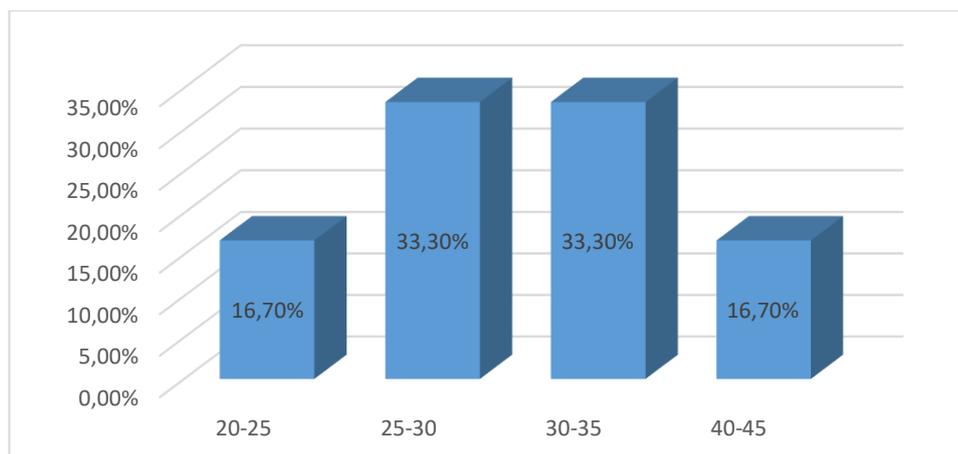
Assim, a desigualdade afeta as oportunidades (mortalidade infantil, esperança média de vida, incidência de doenças, taxa de natalidade, entre outras) e o estilo de vida dos indivíduos (tipo de bairro e moradia das famílias, atividades de lazer, produtos culturais que consome). [...] a condição social desta implicará que more numa habitação precária e que suas atividades de lazer sejam bastante restritas (CARVALHO et al, 2012, p. 16-17).

A partir dos estudos acima citados infere-se que a desigualdade consiste na desigual distribuição dos recursos entre as pessoas de uma mesma sociedade e se manifesta de diferentes formas a depender das condições que foram impostas ao longo do seu processo formativo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Análise comparativa dos professores de Geografia

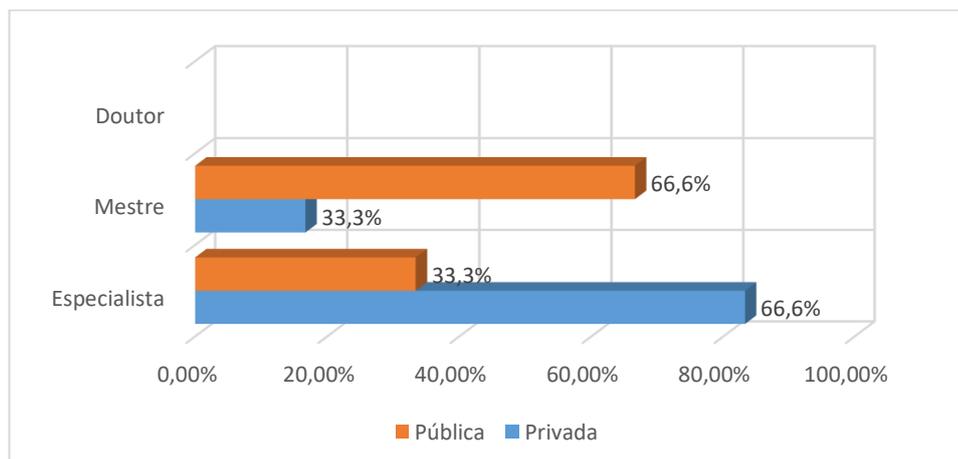
Fez-se uma abordagem analítica dos professores que lecionam o componente curricular Geografia nas escolas investigadas para identificação da qualificação profissional, disponibilidade de recursos didáticos e metodologias utilizadas em suas aulas. Foram entrevistados 6 professores de Geografia sendo 3 da escola pública e 3 da escola particular correspondendo a 100% dos professores que atuam neste componente curricular. Destes 66,6% (quatro) dos entrevistados são do sexo masculino e 33,4% (dois) do sexo feminino o que demonstra certa igualdade entre os gêneros na docência de Geografia.

Gráfico 1: Entrevistados por faixa etária

Fonte: IZIDRO SOBRINHO *et al*, mai, 2023.

Nota-se que todos os entrevistados possuem idades variando entre 20 e 45 anos sendo: um (16,6%) tem 22 anos; dois (33,3%) têm entre 25 e 30 anos; dois (33,3%) com idade entre 30 e 35 anos e um (16,6%) tem 40 anos. Todos os professores entrevistados possuem mais de 5 anos de experiência profissional, portanto, são professores que possuem vasta experiência de vida e de docência.

Outro dado interessante para ser investigado é o nível de capacitação dos professores. Por meio da pesquisa realizada inferiu-se que os professores de Geografia que atuam na rede pública possuem maior nível de qualificação profissional onde 66,6% (dois) possuem mestrado e 33,3% (um) é especialista. Já na rede privada a situação se inverte, pois apenas 33,3% (um) são mestres e 66,6% (dois) são especialistas. Em nenhuma das escolas analisadas há professores que possuam o doutorado.

Gráfico 2: Qualificação profissional dos professores entrevistados

Fonte: IZIDRO SOBRINHO *et al*, mai, 2023.

Segundo Suertegaray (2003, p. 18) “Dos anos 80 em diante, evidenciou-se uma crescente expansão dos cursos de pós-graduação em Geografia”. No entanto, mesmo em 2020 estes cursos de pós-graduação ainda estão limitados às sedes das capitais dos estados ou de grandes centros. No caso analisado só há pós-graduação em nível de mestrado e doutorado em Geografia na capital paraibana que fica a mais de 300 km de distância de Patos o que dificulta a participação de sertanejos.

Outra informação relevante para ser discutida é a disponibilidade de materiais didáticos para realização de suas atividades didático-pedagógicas. Neste aspecto, foi solicitado que os professores participantes apontassem os instrumentos que estão à sua disposição para realização de suas aulas e os dados mais citados foram – livros didáticos, laboratório de informática, biblioteca e mapas:

Tabela 1: Materias didáticos disponíveis na instituição escolar

	LIVROS DIDÁTICOS	LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	BIBLIOTECA	MAPAS
PRIVADA	100%	Disponível	Disponível	Disponível
PÚBLICA	100%	Indisponível	Indisponível	Indisponível

Fonte: IZIDRO SOBRINHO *et al*, mai, 2023.

Os elementos acima representam um pequeno recorte da grande desigualdade existente entre estas redes.

Tais dados nos fazem refletir sobre a concepção de Kaercher (2010, p. 17) quando diz: [...]“Que bom seria que a Geografia não estivesse mais presa a tantas medíocres aulas, ainda quaseque exclusivamente baseadas em livros didáticos, questionários pobres e exposições burocráticas, mecânicas e conservadoras” [...]. Os professores da rede pública só têm à sua disposição os livros didáticos; já os professores da rede particular possuem uma gama maior de instrumentos que facilitam e dinamizam suas aulas.

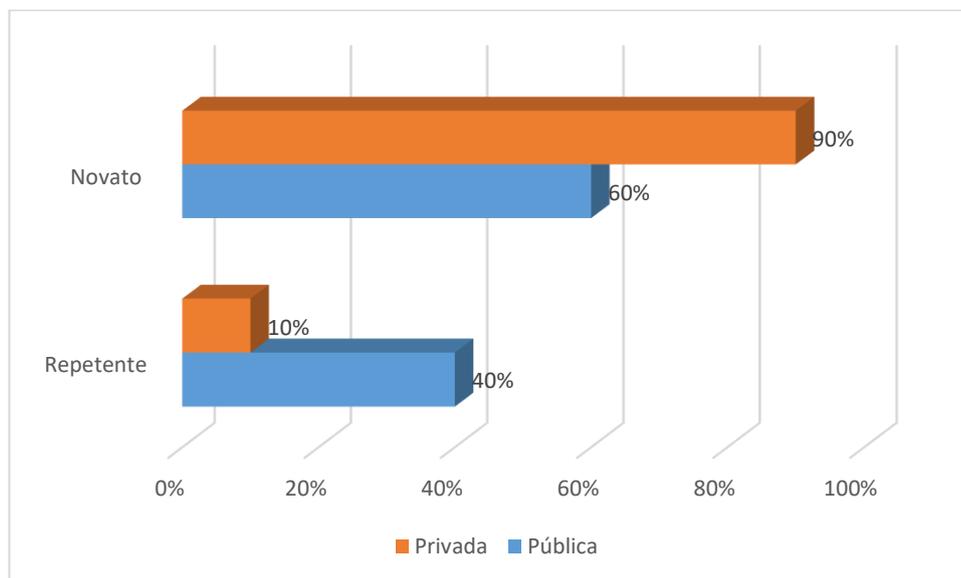
Análise comparativa dos discentes participantes

Uma vez analisadas as condições dos professores participantes faz-se necessária uma observação acerca das situações vivenciadas pelos discentes, pois dependendo das condições

destes podem interferir diretamente no processo de aprendizagem, sobretudo, de adolescentes que ainda estão em processo de formação.

Assim sendo, foi perguntado aos discentes entrevistados se estes eram repetentes ou novatos nas turmas analisadas - os 9º anos das duas instituições de ensino investigadas e obteve-se a seguinte situação:

Gráfico 3: Situação de aprovação/reprovação dos discentes

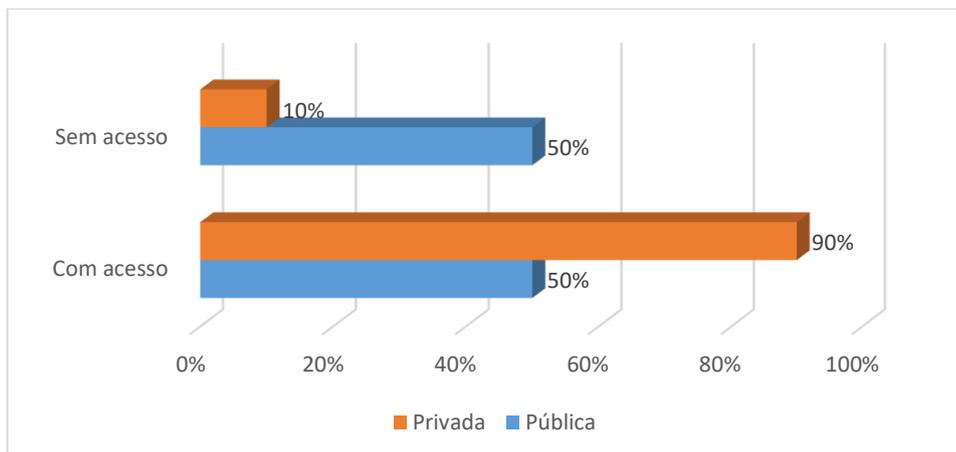


Fonte: IZIDRO SOBRINHO *et al*, mai, 2023.

Por meio da análise do gráfico acima percebe-se que a escola pública possui um número de alunos repetentes (40%), ou seja, oito (8) dos vinte entrevistados que estão cursando novamente o 9º ano muito superior aos indicadores da escola particular (10%) que corresponde a dois (2).

Outra situação que foi analisada durante a pesquisa é a disponibilidade e acesso de internet em suas residências, uma vez que esta constitui numa ferramenta importante para o processo de desenvolvimento do aluno, pois permite uma gama de opções de pesquisa. Os dados foram ainda mais alarmantes, pois 50% dos alunos da escola pública disseram não ter acesso à internet enquanto na escola particular esse número é de apenas 10%.

Gráfico 4: Disponibilidade de acesso à internet em sua residência



Fonte: IZIDRO SOBRINHO *et al*, mai, 2023.

Sobre as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) Soares e Nascimento (2012, p. 175) “A inserção das TICs na educação pode ser uma importante ferramenta para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem. Essas tecnologias podem gerar resultados positivos ou negativos”. É interessante destacar a existência desses dois lados, pois em muitos casos a internet passa a ser usada não para fins educativos ou recreativos.

Neste sentido, foi questionado quais as principais fontes de pesquisa são utilizadas pelos alunos das duas escolas investigadas:

Tabela 1: Materiais usados para estudos/pesquisas

	LIVROS	REVISTAS	SITES	JORNAIS	LIVROS DIDÁTICOS
PRIVADA	70%	0%	10%	10%	10%
PÚBLICA	10%	10%	10%	10%	60%

Fonte: IZIDRO SOBRINHO *et al*, mai, 2023.

Por meio dos dados apresentados na tabela acima percebe-se que os alunos da escola pública tem no livro didático como principal fonte de pesquisa (isso aumenta a sua importância), pois devido ao preço dos livros e às condições econômicas dos alunos estes não possuem condições de adquirir livros diferentemente do que ocorre com os alunos da escola privada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A observação dos diferentes processos que interferem na educação nacional e como eles se concretizam na prática, nos diferentes lugares, com realidades sociais, econômicas,

culturais bastante diferentes evidencia-se que a educação não deve ser pensada para um público geral e homogêneo, pois as condições, os interesses, os objetivos são muito variados, sobretudo, num país tão grande e diverso como o Brasil.

No tocante ao local investigado, ou seja, a cidade de Patos – PB percebeu-se que a educação pública apresenta algumas dificuldades que perpassam não apenas pelo campo do processo de ensino-aprendizagem, da disponibilidade dos recursos didáticos, ou da formação acadêmica dos professores, mas, sobretudo, pelo descaso ou pela desorganização da instituição família que não acompanha o desenvolvimento educacional dos seus filhos o que reflete em desinteresse que gera reprovação e abandono escolar.

Estes problemas interferem diretamente na abordagem de todos os componentes curriculares e de Geografia de modo particular por se tratar de uma ciência ligada à área das ciências humanas onde às questões sociais são discutidas de forma mais efetiva na tentativa de formar um cidadão consciente dos seus direitos e deveres.

A ideia de que os professores da rede pública possuem melhor qualificação profissional foi verificada ao longo da pesquisa. Esta constatação fez com que cheguemos a conclusão de que os problemas presentes no ambiente escolar da escola pública e que, por sua vez, não se refletem no ambiente da escola privada não são oriundos da qualificação profissional dos seus docentes, mas por esses que foram apontados anteriormente.

A disponibilidade de acesso aos meios para estudos e pesquisas se dão de forma desigual de tão modo que os discentes da rede pública têm o livro didático como o principal e, em muitos casos, único instrumento de pesquisa o que reduz seu poder de acesso à informação e eleva a desigualdade educacional.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. **Políticas educacionais e desigualdades: À procura de novos significados.** Educação e Sociedade, v. 31, n. 113, p. 1381–1416, 2010.

ASSIS, Maria Cristina. **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo, 2009.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Educação é a Base.** Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2023.

_____. **LDB – Leis de Diretrizes e Bases da educação nacional.** Lei nº 9.394. de 20 de dezembro de 1996. 14. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

CALLAI, Helena Copetti. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (Org.) **Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. 7ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.

CARVALHO, Ana Paula Comin de. RODRIGUES, Ana Cristina da Silva. SALAINI, Cristian Jobi; ALLEBRANDT, Débora. **Desigualdade de gênero, raça e etnia**. ULBRA, 2012.

CONCEIÇÃO, Viviane Lima da; ZAMORA Maria Helena Rodrigues Navas. Desigualdade social na escola. Estudos de Psicologia I Campinas I 32(4) I 705-714 I outubro – dezembro, 2015.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

KAERCHER, Nestor André. **Desafios e utopias no ensino de Geografia**. 3. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. (1968). **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo, Escriba

MARX, Karl. **O capital** (1867). 7. ed. Biblioteca de ciências sociais. Zahar editores, 1982.

PORTAL QEDU. **Número de escolas em Patos**. Disponível em: <<https://www.qedu.org.br/busca/115-paraiba/4043-campina-grande>>. Acesso em 26 mar. 2023.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

SOARES, L. W. S; NASCIMENTO, R. C. A. do (2012). A inclusão das TICs na educação brasileira: problemas e desafios. magis, **Revista Internacional de Investigación en Educación**, 5 (10), 173-187.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. A expansão da pós-graduação em Geografia e a ANPEGE. **Revista da ANPEGE**. Rio Grande do Sul. v. 1, n. 01 (2003).